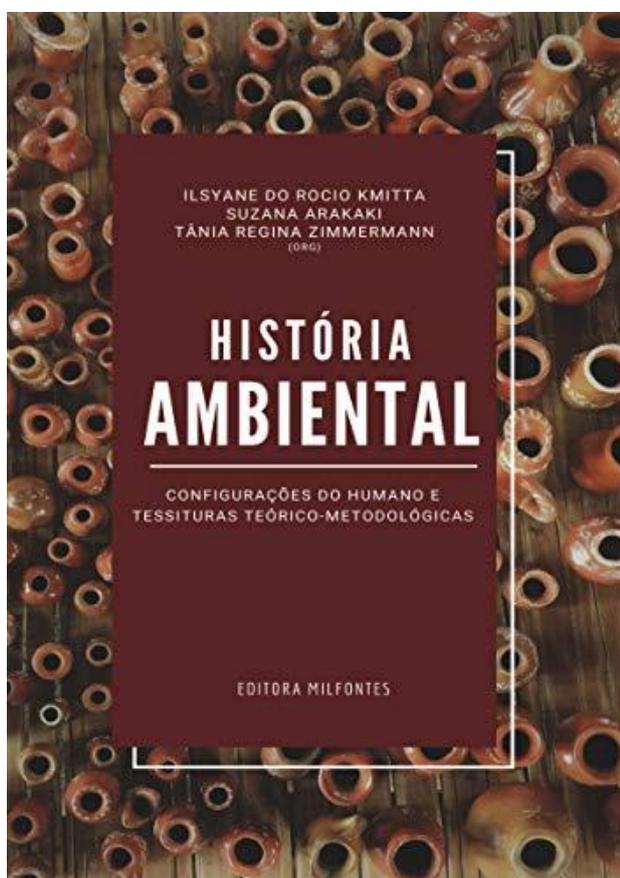


Resenha do livro “História ambiental: configurações do humano e tessituras teórico-metodológicas”

KMITTA, Ilsyane do Rocio; ARAKAKI, Suzana; ZIMMERMANN, Tânia Regina (orgs.). **História ambiental: configurações do humano e tessituras teórico-metodológicas**. Vitória: Editora Milfontes, 2020. 218 p



Autor da resenha

Elton Rigotto Genari

Mestre em Ensino de História pela
Universidade Estadual de
Campinas – UNICAMP.
Doutorando em História na
Universidade Estadual de
Campinas - UNICAMP.
Brasil
eltonrigotto@gmail.com
orcid.org/0000-0002-6263-1962

Para citar esta resenha:

GENARI, Elton Rigotto. Resenha do livro “História ambiental: configurações do humano e tessituras teórico-metodológicas”. **PerCursos**. Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 246 - 251, maio/ago. 2021.

DOI: [10.5965/1984724622492021246](https://doi.org/10.5965/1984724622492021246)

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724622492021246>

A história ambiental fornece lentes teóricas com as quais podemos observar a constituição dos saberes sob um novo olhar. Compreender a natureza como uma categoria humana e desnaturalizar certas posturas em relação ao que é associado ao “Natural” ou “Ambiental” traz luz para as ambivalências dessas categorizações. Envolve criticar desde os jogos de força em torno de recursos naturais, aos problemas epistemológicos que dificultam o enfrentamento da atual trajetória de colapso ambiental.

História Ambiental: configurações do humano e tessituras teórico-metodológicas é fruto e símbolo de esforços para construir tal paradigma. O livro foi publicado em outubro de 2020 pela Coordenação do Grupo de Trabalho Nacional de História Ambiental da Associação Nacional de História (ANPUH) e organizado por Ilsyane do Rocio Kmitta, Tânia Zimmermann e Suzana Arakaki – docentes do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/UEMS, unidade de Amambai. Trata-se de uma coletânea de reflexões teórico-metodológicas e resultados de pesquisas no campo. Pensado para um público amplo, sobretudo de estudantes de graduação e professores, ele apresenta modos de fazer pesquisa na História Ambiental e suas contribuições em diferentes frentes. O livro é também vocativo: desde as primeiras páginas, ficam evidentes a urgência dos debates e o sentido da História Ambiental.

O livro é composto por oito capítulos, sendo os sete primeiros referentes a resultados de pesquisas, e o último a uma entrevista. Ao longo deles, nos deparamos com amplas questões e problemas de fundo, de caráter conceitual, político e metodológico, bem como seus desdobramentos no campo do ensino, nos modelos de ocupação da terra, nas iniciativas que buscam romper com lógicas predatórias e na compreensão do caráter histórico das noções de natureza e de meio ambiente que permeiam o senso comum. Articulando reflexões panorâmicas sobre formas de pensamento e sua aplicação em estudos de caso de diferentes regiões, sobretudo do Centro-Oeste e Sul, os capítulos ajudam a pensar a constituição da sociedade brasileira e o desafio de sua democratização entendendo que tais processos sempre ocorrem dentro de uma relação com o meio ambiente.

Em “História Ambiental: alguns desafios conceituais e políticos”, Eurípedes Antonio Funes e Kenia Sousa Rios abordam urgência em repensar a relação humanidade-

natureza, contextualizando a formação da história ambiental, a historicidade do conceito de natureza e sua relação com a modernidade e projetos de mundo ligados ao capitalismo e ao ideário de progresso científico. Os autores demonstram como isso está conectado a dinâmicas de poder que concorreram para a cristalização do Brasil como “país do agro” e para a exclusão sistemática de comunidades que operam a partir de outras racionalidades. Os autores defendem a necessidade de entender a natureza não como fato, mas como fruto de disputa histórica, a fim de frear a degradação ambiental e evitar a condenação de modos de vida tradicionais, distinguindo seus usos da natureza de práticas predatórias, e evitando abordagens paternalistas. Sua análise sobre a luta pela terra dos quilombolas do rio Trombetas evidencia isso ao mostrar as diferentes compreensões da comunidade diante das ameaças da mineração e do agronegócio, bem como suas estratégias de luta.

Escrito por Ely Berço de Carvalho, “Estilo(s) de pensamento na História e na Geografia: a diversidade e unidade na disjunção entre seres humanos e natureza” discute problemas relativos ao lugar da História e da Geografia no ensino, a começar pela concepção das disciplinas como separadas. Sua análise do edital do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e dos Guias dos livros de História e Geografia aprovados mostra como, apesar da inserção do tema ambiental na educação a partir dos anos noventa, permanece a ideia de cisão entre meio ambiente e humano. A autora demonstra como a escassez e o isolamento de referências ao meio ambiente nos livros de história, e o tratamento “mecânico” e estático dado no que tange à natureza, nos livros de geografia, são sintomas dessa ideia.

Essas questões desdobram-se no capítulo seguinte, “História Ambiental: um estudo de caso versando ensino e pesquisa na UFFS”, em que Samira Peruchi Moretto discute os descompassos entre as produções da história ambiental na pós-graduação e sua ausência dos currículos de graduação. Sua análise da experiência da UFFS, campus Chapecó, na inclusão da disciplina de História Ambiental no currículo da Licenciatura em História demonstra como o cuidado com o contexto local é elemento fundacional da própria universidade. Percebe-se como essa implementação é resultado de esforços ligados à expansão da estrutura universitária de anos recentes e sua relação com

processos mais longos de luta pela democratização no país. Se, em um primeiro olhar, os resultados parecem modestos, cabe destacar que essa implementação é recente. O texto contribui para um aprendizado difícil ligado às ciências: seu caráter coletivo e processual, lento para os padrões de eficiência neoliberais – basilar para construir saberes em bases sólidas.

O quarto capítulo, “O ouro se foi, os rios e a terra empobreceram; agora é preciso buscar novas riquezas”, de Ilsyane do Rocio Kmita e Eudes Fernando Leite, analisa fontes jornalísticas e fotográficas no contexto da Ditadura Civil-Militar. Os autores avaliam como o modelo predatório de modernização era apontado como chave para o desenvolvimento econômico do Mato Grosso nos discursos do governo e da imprensa do período, com destaque para a questão do transporte e obras de base. O meio ambiente figurava, assim, como algo a ser domesticado a fim de garantir produtividade e riqueza.

A leitura do quinto capítulo possibilita um diálogo fértil com as questões abordadas anteriormente no artigo de Moretto. “Projetos de educação ambiental e sustentabilidade em Amambai-MS”, de Juliano Delai e Tânia Regina Zimmermann, apresenta trabalhos de educação ambiental relacionando espaço escolar, lixo e organizações de catadores. O texto analisa como esses estímulos impactam os estudantes e contribuem para fomentar a sensibilização ambiental.

O texto seguinte, “As consequências ambientais da colonização do oeste catarinense: alguns apontamentos”, se conecta especialmente com o trabalho de Kmita e Leite ligado ao Mato Grosso, por tratar de práticas ancoradas em concepções semelhantes de modernização ao longo do século XX. Nele, Ademir Miguel Salini, Miguel Mundstock Xavier de Carvalho e Mirian Carbonera apresentam dados sobre a colonização do oeste de Santa Catarina e seus impactos, analisando narrativas produzidas sobre esses processos pela imprensa local ao longo das décadas. Mobilizando diversas fontes, os autores mostram como esses discursos contribuíram para a intensificação da degradação ambiental por reforçarem a ideia de uma natureza infundável à disposição do humano. Em seguida, analisam a mudança de retórica da imprensa a partir das décadas de 1960 e 1970, quando as consequências da exploração ganharam visibilidade. O trabalho contribui para percebermos relações entre processos locais e globais, mostrando um caso particular de

sensibilização para questões ambientais que está inserido em um contexto mais amplo de discussões sobre o problema.

Escrito por João Carlos de Souza, “O sistema agroflorestal no sítio Luciana em Dourados, MS: práticas, consciência ambiental e divulgação (2007-2018)” articula reflexões refinadas a uma escrita acessível, adequada a publicações de circulação geral, sobre sua pesquisa de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação da UFRJ. Trata-se de um estudo de caso da transição do modelo de monocultura ao Sistema Agroflorestal (SAF) do Sítio Luciana (Dourados/MS). O texto apresenta um pedaço da história do sítio, composta por relatos de Antonio Weber, proprietário e principal responsável pela iniciativa, destacando as conquistas e percalços da construção de uma agricultura familiar que estabelece outra relação com o meio ambiente, e demonstrando a importância de parcerias entre comunidade e mundo acadêmico como uma via de mão dupla. A narrativa traz vislumbres de preciosidades ligadas à memória, à identidade e a concepções de mundo em transformação. Mais do que ferramental crítico, sua abordagem através da história oral traz uma sensibilidade importante. No texto de Souza, as grandes e urgentes questões políticas tratadas ao longo da coletânea – como a urgência de enfrentar as atitudes criminosas de um modelo de produção destrutivo e a percepção de que é possível construir um novo horizonte de futuros – ganham uma de suas facetas mais humanizadas.

“Meio ambiente, populações e democracia no Brasil contemporâneo”, capítulo final da coletânea, consiste em uma entrevista de Paulo Henrique Martinez, professor da Unesp, concedida a Ilyane do Rocio Kmitta em 2018. Além de abordar temas trabalhados na coletânea sob uma diferente perspectiva, sua fala destaca a importância da grande presença de pesquisadoras mulheres no campo. Martinez também reflete sobre os alcances e dificuldades da História Ambiental, especialmente a necessidade de seu entrelace com questões socioeconômicas, o aprofundamento da interdisciplinaridade como aspecto fundamental do ofício historiográfico e os problemas que enxerga na categoria Antropoceno. Para ele, seu emprego oculta uma assimetria de forças que subjaz os processos de exploração da natureza.

A obra oscila em alguns pontos, majoritariamente ligados a trechos confusos em alguns textos – possivelmente, sintomas da sobrecarga e pressão rotineiras nos Programas de Pós-Graduação que vêm há muito sendo discutidos nos espaços acadêmicos. Um ajuste na ordem dos trabalhos também poderia ter contribuído para uma interconexão mais fluida entre as discussões feitas entre os capítulos três, quatro, cinco e seis. Porém, esses elementos não desmerecem o livro; quando muito, apontam para a necessidade de melhorar as condições de trabalho dos pesquisadores.

Ao longo da coletânea, fica claro o caráter político não apenas da “questão ambiental”, mas da própria forma de estabelecer e pensar esse debate. Essas reflexões nos permitem um melhor preparo para encarar os desafios contemporâneos, que giram inelutavelmente em torno do combate a um modo de produção – o capitalista – que tem como maior produto uma miríade de hecatombes. As provocações nos capítulos convidam a pensar comunidades como *pertencentes* ao meio ambiente, e esse como parte inerente da sociedade. E, assim, ajudam a pensar “natureza” como uma tecnologia – e campo de disputa – humana.

Recebida em: 29/05/2020

Aprovada em: 28/06/2021

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED

Revista PerCursos

Volume 22 - Número 49 - Ano 2021

revistapercursos@gmail.com